

Demonstrações Financeiras

AMARANTE Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

AMARANTE Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
AMARANTE Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da AMARANTE Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na sessão a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMARANTE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Créditos tributários oriundos do processo do ICMS na Base de cálculo do PIS e da COFINS reconhecido fora do período de competência por sociedade investida indireta

Conforme divulgado na nota explicativa 7 às demonstrações financeiras, durante o exercício de 2019, a sociedade investida indireta Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. obteve decisão favorável transitada em julgado acerca do direito ao crédito decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, no montante original de R\$ 77.865 mil, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R\$ 6.246 mil. Contudo, a administração da sociedade investida indireta registrou o referido crédito tributário integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pelo montante atualizado de R\$ 106.787 mil, que inclui atualização monetária referente ao exercício findo nessa data, no montante de R\$ 1.757 mil, não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, devido ao reflexo na equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$ 12.623 mil (31 de dezembro de 2021 apresentado a menor em R\$ 370 mil), líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas que identificamos nos controles internos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de dezembro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP027623/F



Alexandre Fermíno Alvares
Contador CRC SP-211793/O

AMARANTE Participações S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.081	5
Dividendos a receber	5	25.316	12.382
Outras contas a receber - partes relacionadas	6	3.963	-
Impostos a recuperar		192	6
Total do circulante		32.552	12.393
Não circulante			
Outras contas a receber - partes relacionadas	6	11.778	17.375
Investimentos	7	284.922	198.375
Imobilizado		400	400
Total do não circulante		297.100	216.150
Total do ativo		329.652	228.543
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	8	25.003	28.430
Empréstimos - Partes relacionadas	9	1.138	1.138
Dividendos a pagar		30.905	8.092
Outras contas a pagar		2.147	1.157
Total do circulante		59.193	38.817
Não Circulante			
Provisão para passivo a descoberto em investida	7	2.165	2.159
Outras contas a pagar		2.472	2.472
Total do circulante		4.637	4.631
Patrimônio líquido	10		
Capital social		114.657	114.657
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.800	-
Reserva Legal		6.507	1.704
Lucros acumulados		131.405	62.966
Ajuste de avaliação patrimonial		6.453	5.768
		265.822	185.095
Total do passivo e do patrimônio líquido		329.652	228.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMARANTE Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Despesas operacionais		-	(2)
Despesas gerais e administrativas	11	(47)	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	7	93.327	34.324
Resultado operacional		93.280	34.273
Receitas financeiras	12	3.465	292
Despesas financeiras	12	(609)	(268)
Resultado financeiro, líquido		2.856	24
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		96.136	34.297
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(81)	(224)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-
Lucro líquido do exercício		96.055	34.073
Média ponderada das ações durante o exercício - em milhares		114.657	114.657
Lucro básico e diluído por ação do capital social		0,84	0,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMARANTE Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		96.055	34.073
Outros resultados abrangentes		6.543	5.768
Total do resultado abrangente		102.598	39.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMARANTE Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros						
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	114.657		-	-	38.135	6.674	159.466
Lucro líquido do exercício	-		-		34.073		34.073
Efeito reflexo de investidas	-			554	-	(906)	(352)
Dividendo mínimo obrigatório	-		-	-	(8.092)	-	(8.092)
Constituição de reservas	-		1.704	62.412	(64.116)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	114.657		1.704	62.966	-	5.768	185.095
Lucro líquido do exercício	-		-	-	96.055	-	96.055
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.800					6.800
Constituição de reserva legal			4.803		(4.803)		
Efeito reflexo de investidas	-		-	-	-	685	685
Dividendo mínimo obrigatório	-		-	-	(22.813)	-	(22.813)
Constituição de reservas	-			68.439	(68.439)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	114.657	6.800	6.507	131.405	-	6.453	265.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMARANTE Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	96.055	34.073
Ajuste de:		
Equivalência patrimonial	(93.327)	(34.324)
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	(2.885)	403
Variações nos ativos e nos passivos:		
Impostos a recuperar	(186)	1
Outras contas a receber	1.634	(8.720)
Impostos e contribuições a recolher	-	(3)
Outras contas a pagar	990	524
Caixa utilizado nas (gerado pelas) atividades operacionais	2.282	(8.046)
Juros pagos	(542)	(581)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades operacionais	1.740	(8.627)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital nas investidas	(14.800)	-
Dividendos recebidos das investidas	9.337	2.275
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	(5.463)	2.275
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	27.862
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(27.862)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	(2.321)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.800	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	6.800	(2.321)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.076	(8.673)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	8.678
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.081	5
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.076	(8.673)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A AMARANTE Participações S.A. ("Companhia") constituída em 20 de abril de 2012, na forma de sociedade empresária limitada, foi transformada em sociedade por ações em 07 de julho de 2021, mantendo seu objeto social de participação acionária em outras sociedades na qualidade de sócia, cotista, acionista ou associada para qualquer forma prevista em lei, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, Sala 17 - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A AMARANTE Participações S.A. participa e é sócia da investida RuasInvest Participações S.A., cujo percentual de participação no capital social é de 33,33%, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação, por esse motivo, de não possuir controle, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras somente de forma individual, ou seja, não apresenta as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia ainda participa e é sócia de outras empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 0,0297% a 60,2956% (controladas em conjunto e/ou coligadas), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação, conforme mencionado na nota 7.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 20 de dezembro de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2. Moeda estrangeira

2.2.2.1. *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.2. Moeda estrangeira--Continuação

2.2.2.1. *Transações em moeda estrangeira*--Continuação

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota Explicativa nº 8 - Instrumentos Financeiros.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

2.2.4. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto--Continuação

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.1. Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa .

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.1. Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.2. Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros--Continuação

Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas dos imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b) Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. A Companhia concluiu que essas novas normas e alterações não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. Bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, as entidades devem aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo: depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da *IFRS 3 Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da *IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou *IFRIC 21 Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

Referências à Estrutura conceitual--Continuação

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou *joint venture* que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adoptante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.1. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2022--Continuação

IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato.

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas na elaboração destas demonstrações financeiras, e pretende adotar, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022 --Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

3.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2022--Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco conta movimento	1	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	3.080	5
	3.081	5

- (i) As aplicações financeiras correspondem a instrumentos de alta liquidez e sem risco de alteração significativa de mudança de valor, deste modo, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração do fluxo de caixa. Esses títulos referem-se a aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB, em banco de primeira linha, remunerados a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

	2022	2021
RuasInvest Participações S.A.	25.316	12.382
	25.316	12.382

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outras contas a receber - Partes relacionadas

	2022	2021
Ama Waters Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. (i)	3.671	3.376
RuasInvest Participações S.A. (ii)	3.963	6.220
Tondela Investimentos Ltda. (i)	8.025	7.778
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários S.A. (i)	82	-
Outros	-	1
	15.741	17.375
Circulante	3.963	-
Não circulante	11.778	17.375

- (i) Refere-se a adiantamentos efetuados, onde a administração avalia a possibilidade de utilização como futuro aumento de capital nas coligadas Ama Waters, Tondela e RuasInvest Empreendimentos Imobiliários.
- (ii) Em dezembro de 2021 foi celebrado o segundo aditivo contratual referente a venda da participação societária na Queluz Participações Ltda. A participação foi vendida pelo montante de R\$5.467, sendo corrigido por juros de 3,15% a.a. e atualização de CDI. O saldo remanescente, no montante de R\$3.963 possui seu vencimento em dezembro/23.

7. Investimentos

i) Saldos

	2022	2021
RuasInvest Participações S.A.	270.805	191.082
Tondela Investimentos Ltda.	86	78
Ama Waters Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	(2.165)	(2.159)
FR3 Participações Ltda.	7.203	7.214
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	6.827	-
Ambientaltrans Participações Ltda.	1	1
	282.757	196.216

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

ii) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Participação	2021	Equivalência Patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações	2022
RuasInvest Participações S.A.	33,33%	191.082	94.503	691	(22.271)	6.800		270.805
Tondela Investimentos Ltda.	1%	78	14	(6)		-		86
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas (i)	60,2956%	(2.159)	(6)	-	-	-		(2.165)
FR3 Participações Ltda.	33,33%	7.214	(11)	-	-	-		7.203
RuasInvest Empr. Imobiliários S.A.	33,33%	-	(1.173)	-	-	8.000		6.827
Ambientaltrans Participações Ltda.	0,0297%	1	-	-	-	-		1
Saldos em 31 de dezembro de 2021		196.216	93.327	685	(22.271)	14.800		282.757
Classificado como investimentos		198.375						284.922
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(2.159)						(2.165)
		196.216						282.757

	Participação	2020	Equivalência Patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações	2021
RuasInvest Participações S.A.	33,33%	168.002	34.435	(857)	(11.000)	-	502	191.082
Tondela Investimentos Ltda.	1%	78	7	-	(7)	-		78
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas (i)	60,2956%	(2.116)	(79)	-	-	-	36	(2.159)
FR3 Participações Ltda.	33,33%	7.283	(39)	(50)	-	-	20	7.214
Ambientaltrans Participações Ltda.	0,0297%	1	-	-	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2020		173.248	34.324	(907)	(11.007)	-	558	196.216
Classificado como investimentos		216.049						198.375
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		(2.062)						(2.159)
		173.248						196.216

- (i) O estatuto social da sociedade controlada em conjunto prevê que todas as decisões necessitam de participação do capital votante superior a 75%. Dessa forma, a Companhia não exerce controle sob a mesma.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos--Continuação

iii) Informações relevantes das sociedades investidas

Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RuasInvest Participações S.A. (i)	1.117.777	895.134	305.363	321.889	812.414	573.245	281.331	103.305
Tondela Investimentos Ltda.	37.782	36.921	29.183	29.144	8.600	7.777	485	729
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	570	478	4.165	4.049	(3.595)	(3.571)	(136)	(131)
FR3 Participações Ltda.	21.614	21.671	4	28	21.610	21.643	3	(115)
Queluz Participações Ltda.	66.305	67.460	54.464	659	11.766	66.801	(53.978)	(2.869)
Ambientaltrans Participações Ltda	107.986	92.964	102.362	90.454	5.624	2.510	3.114	(2.105)
RuasInvest Empreend. Imobiliários	20.725	-	245	-	20.480	-	(3.520)	-

Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
RuasInvest Participações S.A. (i)	895.134	796.641	321.889	292.634	573.245	504.007	103.305	(74.837)
Tondela Investimentos Ltda.	36.921	29.805	29.144	21.977	7.777	7.828	729	663
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	478	1.238	4.049	4.748	(3.571)	(3.510)	(131)	(166)
FR3 Participações Ltda.	21.671	21.849	28	1	21.643	21.848	(115)	(30)
Queluz Participações Ltda.	67.460	68.867	659	114	66.801	68.753	(2.869)	12.661
Ambientaltrans Participações Ltda	92.964	85.469	90.454	80.853	2.510	4.615	(2.105)	(563)

- (i) A sociedade RuasInvest Participações S.A. possui participação de 49% na sociedade Caio Induscar (investida indireta da Companhia), sendo que essa possui ações no âmbito judicial para recuperação dos valores tributados na inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021 o STF decidiu que o ICMS destacado na nota fiscal pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS com efeitos retroativos a 15 de março de 2017. Após o julgamento dos embargos de declaração e modulação pelo STF, foi possível a sociedade ter elementos suficientes para a mensuração confiável do valor do crédito tributário a ser efetivamente recuperado e reconhecido. O processo da Caio teve seu trânsito em julgado no dia 15 de agosto de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Caio finalizou o levantamento do cálculo dos referidos créditos tributários, reconhecendo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 106.787, que inclui atualização monetária referente ao exercício findo nessa data no montante de R\$ 1.757. O montante original dos referidos créditos equivale a R\$ 77.865, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R\$ 6.246 mil.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

a) Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	2022	2021
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	1,94% a.a.	Set/23	25.003	28.430
					25.003	28.430
				Circulante	25.003	28.430

Refere-se a cédula de crédito bancário celebrado com o Banco Santander, em 21 de setembro de 2021, em moeda estrangeira no montante de Euro 4.466.000, remunerados a 1,94% a.a. com pagamento de juros semestrais.

b) Reconciliação da dívida líquida

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	25.003	28.430
Total da dívida	25.003	28.430
Caixa e equivalentes de caixa	(3.081)	(5)
Total da dívida líquida	21.922	28.425

	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2021	28.608	(8.678)	19.930
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa:			
Captação de novos empréstimos	27.862		27.862
Pagamento de principal	(27.862)		(27.862)
Pagamento de juros	(581)		(581)
Outros		8.673	8.673
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa:			
Apropriação de juros	564		564
Variação cambial	(161)		(161)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	28.430	(5)	28.425
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa:			
Pagamento de juros	(542)		(542)
Outros	-	(3.076)	(3.076)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa:			
Apropriação de juros	206		206
Variação cambial	(3.091)		(3.091)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	25.003	(3.081)	21.922

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos - partes relacionadas

Parte Relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	2022	2021
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	1.138	1.138
				1.138	1.138
			Circulante	1.138	1.138
			Não circulante	-	-

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito estava distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Acionistas	2022			
	Ações	Capital subscrito	Capital integralizado	Participação em %
Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz	111.657.222	111.657.222,00	111.657.222,00	97,38%
Tondela Investimentos Ltda.	3.000.000	3.000.000,00	3.000.000,00	2,62%
	114.657.222	114.657.222,00	114.657.222,00	100,00%

Acionistas	2021			
	Ações	Capital subscrito	Capital integralizado	Participação em %
Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz	111.657.222	111.657.222,00	111.657.222,00	97,38%
Tondela Investimentos Ltda.	3.000.000	3.000.000,00	3.000.000,00	2,62%
	114.657.222	114.657.222,00	114.657.222,00	100,00%

Em julho de 2021 a Companhia foi transformada de sociedade limitada para sociedade por ações passando a constituir reserva legal e de lucros, bem como passando a distribuir dividendo mínimo obrigatório conforme previsto na Lei das S.A.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição dos lucros (dividendos)

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO. Por consequência, o saldo de reservas de lucros que excede ao capital social encontra-se a disposição dos acionistas para deliberação na próxima AGO.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	96.055	34.073
Constituição da reserva legal (5%)	4.803	1.704
Base de cálculo dos dividendos	91.252	32.369
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	22.813	8.092
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

d) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	2022	2021
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	96.055	34.073
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	114.657	114.657
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por ação	0,84	0,30

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Despesas gerais e administrativas

As despesas dos exercícios foram reconhecidas integralmente pelo regime de competência.

	2022	2021
Serviços de contabilidade	(26)	(27)
Serviços de auditoria	(21)	(22)
	<u>(47)</u>	<u>(49)</u>

12. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros ativos	-	8
Receitas de aplicações financeiras	-	284
Variação cambial ativa	3.465	-
	<u>3.465</u>	<u>292</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos bancários	(548)	(184)
Variação cambial passiva	-	(82)
Outras	(61)	(2)
	<u>(609)</u>	<u>(268)</u>

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

i) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	<u>Valor contábil</u>
Empréstimos e financiamentos - circulante	25.003
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	30.905
Outras a pagar	2.147
	<u>58.055</u>

ii) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial. A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

iii) *Risco de taxa de juros*

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Gestão do capital--Continuação

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a gestão de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	2022	2021
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações financeiras	3.080	5
	3.080	5
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1	-
Outras contas a receber – partes relacionadas	15.741	17.375
	15.742	17.375
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	25.003	28.430
Empréstimos - partes relacionadas	1.138	1.137
Outras contas a pagar	2.148	1.157
	28.289	30.724

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Mensuração do valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2022	2021
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.081	5
Outras contas a receber – partes relacionadas	15.741	17.375
	18.822	17.380
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	25.003	28.430
Empréstimos - partes relacionadas	1.138	1.138
Outras contas a pagar	4.619	3.629
	30.760	33.197

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia estão todos classificados no nível 2.

AMARANTE Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Eventos subsequentes

Em 14 de setembro de 2023 foi celebrado o aditamento do contrato de empréstimo no montante de EUR 4.466.000, remunerados a 4,2374% ao ano, com vencimento de principal e juros em 14 de setembro de 2026.

* * *